



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/08/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. COMARCAS.....	2
1.3. DECISÕES.....	3
1.4. JUÍZES.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7
3.2. DECISÕES.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	9 - 10
4.2. DESEMBARGADORES.....	11 - 12
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	13
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	14 - 16
5.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	17
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	18
6.2. VARAS CRIMINAIS.....	19 - 21
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	22 - 23
7.2. DECISÕES.....	24
7.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	25
7.4. SEM ASSUNTO.....	26

JUIZ JOSÉ EULÁLIO É ELEITO PARA A VAGA DE MEMBRO DO TRE



O Tribunal de Justiça do Maranhão elegeu o titular do Juizado Especial do Trânsito, José Eulálio Figueiredo de Almeida, para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), como membro efetivo na categoria de juiz de Direito. O magistrado recebeu votos de 17 dos 25 desembargadores presentes à sessão plenária administrativa de ontem.

DIRETORIA DO FÓRUM DE TIMON REALIZA CENSO COM SERVIDORES DA COMARCA

A Diretoria do Fórum de Timon, sob o comando do juiz Rogério Monteles da Costa, a partir de agora, poderá planejar e executar ações voltadas para os servidores da comarca com base em estatísticas colhidas em um Censo, aplicado entre os dias 10 e 30 de junho deste ano.

JUSTIÇA CONDENA MOTEL QUE PERMITIU ACESSO DE MENORES

A empresa Planetário Motel foi condenada a pagar multa de cinco salários mínimos por ter permitido o acesso de duas menores àquele estabelecimento. A decisão unânime da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a sentença de primeira instância em ação civil pública interposta pelo Ministério Público Estadual. O valor será destinado ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJMA PARTICIPA DE FÓRUM NACIONAL

Juízes que atuam na Justiça Juvenil e integrantes do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil participaram do XIV do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), realizado em Brasília. O Maranhão foi representado pela juíza Karla Jeane Matos (2ª Vara da comarca de Coelho Neto), que participou do evento como membro titular da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, presidida pelo desembargador Vicente de Paula.

Negado Habeas Corpus a assaltante de casas lotéricas

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou pedido de habeas corpus a Rene João Monteiro Reis, acusado de integrar uma quadrilha de assaltantes de casas lotéricas, em São Luís. Ele foi preso em 5 de agosto de 2012, sob a acusação de assalto a Casa Lotérica Baú da Sorte, no bairro São Cristóvão, e ao supermercado Maciel, no Cohatrac.

A quadrilha da qual Rene Monteiro Reis era o líder - juntamente com outras três pessoas - foi desarticulada por uma operação da Polícia Civil, que prendeu Luis Alberto, Valnir Rodrigues e Benedito Saraiva.

A defesa de Rene ingressou com pedido de habeas corpus alegando que ele estaria sofrendo constrangimento ilegal, não havendo motivos para ele permanecer preso.

Ao analisar o processo, o desembargador Raimundo Melo (relator) apontou a necessidade da manutenção da prisão do réu, em razão da garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. "O réu solto representará perigo para a sociedade. Provavelmente irá se evadir do distrito da culpa. Por esse motivo, deve permanecer preso", afirmou o desembargador, ressaltando que a decisão respeitou as garantias constitucionais. O voto do relator seguiu parecer da Procuradoria Geral de Justiça e foi acompanhado pelos desembargadores Bayma Araujo e Fróz Sobrinho.

Prefeito da Raposa "desaparece" e juíza suspende reintegração de posse

Por Célia Lima
Da Redação
O Quarto Poder

DEUS parece ter ouvido as orações das mais de cem famílias que ocuparam um terreno, na Vila Maresia, na cidade de Raposa, há dez meses. Os moradores do residencial Vila Vitória ganharam mais dez (10) dias para tentar reverter a situação, ou conseguirem outro lugar para fixar residência.

Em cumprimento a liminar determinando a reintegração da posse do terreno, ao médico Aldifran Ferreira da Silva, a Polícia Militar do Estado do Maranhão, desocuparia o imóvel, nas primeiras horas da manhã de quarta-feira (21). Entretanto, após uma gigantesca manifestação realizada na tarde do dia anterior, terça-feira (20), em frente à sede da Prefeitura do município, o comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar, major PM Araújo, a juíza da Comarca de Raposa, Rafaella de Oliveira Saif e o promotor de justiça Reinaldo Campos Castro Júnior, titular da comarca de Raposa resolveram convocar uma audiência entre as partes envolvidas e o prefeito do município, Clodomir Oliveira, para tentar chegar a uma alternativa que resguardasse os direitos do proprietário do imóvel e das mais de cem famílias, ao tomarem conhecimento de que entre os ocupantes do terreno se encontram idosos, crianças e deficientes físicos.

MANIFESTAÇÃO DO PROMOTOR - A sugestão



do promotor Reinaldo Campos foi que a Prefeitura do município de Raposa fizesse um cadastramento destas famílias, separando aqueles que realmente precisam de um local para morar, dos invasores profissionais, que fazem parte da indústria das invasões. "Precisamos da participação do Poder Público Municipal, neste caso, pois existe um problema social, idosos e crianças deficientes. Se faz necessário, antes de efetuar a reintegração de posse, que estas pessoas sejam assistidas pela prefeitura do município e que se encontre uma solução para o problema. Acredito que o aluguel social poderia ser uma solução, enquanto não se resolve o problema", disse Reinaldo Campos.

OMISSÃO DA PREFEITURA - A juíza Rafaella Saif, na audiência, solicitou a presença do prefeito da Raposa, Clodomir Oliveira, para que o Poder público municipal participasse da discus-

são, mas ninguém conseguiu localizá-lo. A espera pelo prefeito da Raposa começou por volta das 09:00 horas e terminou exatamente às 16:00 horas, sem que o prefeito aparecesse. Neste intervalo, a juíza realizou pelo menos quatro outras audiências, enquanto aguardava a presença do titular da prefeitura.

Durante seis (6) horas, do período da manhã e parte da tarde, policiais militares, jornalistas de diversos meios de comunicação, advogados das partes interessadas, o proprietário do imóvel e algo em torno de duzentas pessoas, entre idosos, crianças e adultos, aguardaram em vão a manifestação do Poder Público Municipal, através do prefeito Clodomir Oliveira.

LIMINAR SUSPENSA - Diante da evidente omissão da Prefeitura da Raposa, a juíza Rafaella de Oliveira Saif, determinou a suspensão do cumprimento liminar de reintegração de posse,

que estava marcada para as primeiras horas da manhã de quarta-feira (21), afim de que a Ouvidoria Agrária Nacional, INCRA e ITERMA realizem um levantamento sobre o terreno em questão, com a finalidade de assentá-los se for o caso, facilitando, dentro da legalidade, a desocupação pacífica do imóvel e assegurando e garantido o cumprimento da reintegração de posse sem prejuízos à dignidade e ao bem estar social.

DESABAFO DO PROPRIETÁRIO - O proprietário do imóvel demonstrou insatisfação com a decisão da Justiça em adiar a reintegração de posse.

"Eu sou o dono do terreno, eu paguei os impostos, estou tendo prejuízos financeiros e já paguei R\$ 10 mil reais em alimentação, aluguel de máquinas e toda a logística para garantir a reintegração da posse do meu terreno. Se existem pessoas sem ter onde morar, este é um problema dos gestores públicos e não dos proprietários de imóveis", desabou o médico Aldifran.

PREFEITO NOTIFICADO - A Prefeitura do município de Raposa, também, por determinação da juíza, será notificada para que, no prazo de 10 dias, informe se existe a possibilidade de desapropriar algum terreno, para a construção de moradia para as mais de cem famílias que se encontram sem ter onde morar, ou o fornecimento do "aluguel social".

MUDANÇA

TJMA elege juiz José Eulálio para o TRE



José Eulálio exercerá o cargo até setembro de 2015

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu o titular do Juizado Especial do Trânsito, José Eulálio Figueiredo de Almeida, para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), como membro efetivo na categoria de juiz de direito. O magistrado recebeu votos de 17 dos 25 desembargadores presentes à sessão plenária administrativa ontem.

Em segundo lugar ficou o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, com oito votos. Também manifestaram interesse em concorrer à vaga os juizes Lucas da Costa Ribeiro Neto (1º Juizado Criminal), Alice de Sousa Rocha (5ª Vara Cível) e Marcelino Chaves Everton (2ª Vara da Família), todos da comarca de São Luís.

O presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, vai enviar ofício ao presidente do TRE, desembargador Bernar-

do Rodrigues, comunicando o resultado. A eleição foi por voto secreto, de acordo com artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. O decano da Corte, desembargador Bayma Araújo, anunciou os votos, tendo ao seu lado o desembargador Froz Sobrinho.

O futuro membro do TRE vai substituir o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, cujo biênio como membro efetivo daquela Corte se encerrará no dia 1º de setembro. José Eulálio exercerá sua nova atividade no TRE no período de setembro de 2013 a setembro de 2015.

"Hoje eu realizo um dos sonhos de todo juiz, que é chegar a um dos colegiados que compõem o Judiciário maranhense", destacou José Eulálio. Sem conter as lágrimas, o juiz agradeceu a todos que acreditaram em sua candidatura.

JUDICIÁRIO

Assaltante de casas lotéricas tem HC negado

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou pedido de habeas corpus a Rene João Monteiro Reis, acusado de integrar uma quadrilha de assaltantes de casas lotéricas, em São Luís. Ele foi preso em 5 de agosto de 2012, sob a acusação de assalto a Casa Lotérica Baú da Sorte, no bairro São Cristóvão, e ao supermercado Maciel, no Cohatrac.

A quadrilha da qual Rene Monteiro Reis era o líder - juntamente com outras três pessoas - foi desarticulada por uma operação da Polícia Civil, que prendeu Luis Alberto, Valnir Rodrigues e Benedito Saraiva.

A defesa de Rene ingressou com pedido de habeas corpus alegando que ele estaria sofrendo constrangimento ilegal, não

havendo motivos para ele permanecer preso. Ao analisar o processo, o desembargador Raimundo Melo (relator) apontou a necessidade da manutenção da prisão do réu, em razão da garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

"O réu solto representará perigo para a sociedade. Provavelmente irá se evadir do distrito da culpa. Por esse motivo, deve permanecer preso", afirmou o desembargador, ressaltando que a decisão respeitou as garantias constitucionais.

O voto do relator seguiu parecer da Procuradoria Geral de Justiça e foi acompanhado pelos desembargadores Bayma Araujo e Fróz Sobrinho.

Concurso para a Segurança vai ser mantido

Apesar de liminares, participação dos 715 aprovados na etapa final do certame para as polícias Militar e Civil foi garantida pelos secretários de Gestão e Previdência, Fábio Gondim, e de Segurança, Aluísio Mendes após reunião. **Geral 5**

Concurso das polícias Civil e Militar do Maranhão vai ser mantido, diz governo

Titulares das secretarias estaduais de Segurança e de Previdência reuniram-se ontem com representantes da FGV e garantiram a continuidade do processo

As secretarias de Estado de Gestão e Previdência e de Segurança Pública anunciaram ontem, depois de reunião com a Fundação Getúlio Vargas e outros integrantes do Governo do Estado, que o concurso das polícias Civil e Militar do Maranhão vai ser mantido, apesar das 265 liminares concedidas a pessoas que conseguiram matricular-se no curso para policiais por meio de decisão judicial. Os secretários Fábio Gondim (Previdência) e Aluísio Mendes (Segurança) descartaram os rumores de cancelamento do certame.

A etapa final consiste nos cursos de formação das academias de polícia e deveria ter começado no último dia 12, mas por decisão dos organizadores do concurso a fase foi reprogramada.

Anteriormente, o curso de formação das academias teria somente uma turma voltada para a Polícia Civil. Contudo, devido às liminares que garantiram a matrícula de 265 candidatos no concurso, o preparatório foi dividido em duas turmas. Ao todo, vão participar do preparatório 715 pessoas – 450 aprovados pelo concurso somados aos 265 candidatos que garantiram a matrícula na Justiça.

A primeira turma vai começar no dia 16 de setembro e agregará todos os aprovados, com ex-

ceção dos selecionados inscritos para o cargo de delegado de polícia. O preparatório para o grupo dos delegados ainda não teve a data divulgada a pedido do secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, que afirmou precisar de tempo para providenciar material para o curso.

O curso de academia da Polícia Militar será realizado a partir do dia 30 de setembro, conforme ainda informou a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência.

Recurso - Na semana passada, o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, anunciou que a secretaria entrou com recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) do Maranhão, para suspender as medidas judiciais.

“Há capacidade para 450 vagas na academia de Polícia Civil, por exemplo, e, com essas liminares, teremos que atender 715 pessoas. Não temos dinheiro para pagar as bolsas e os materiais necessários para tanta gente”, disse. Caso a secretaria não consiga derrubar essas liminares, pretende, pelo menos, conseguir autorização para formar duas turmas com datas diferentes de início das aulas.

O curso para policiais civis deveria ter começado no último dia 12, com os formados entrando em serviço no fim de novem-

bro. Já o curso para policiais militares está previsto para setembro, com os aprovados começando a trabalhar em fevereiro do ano que vem.

“Não podemos deixar esse concurso ser prejudicado, pois ele é um anseio da população. A falta de policiais é um problema gravíssimo e simplesmente não temos de onde tirar contingente, principalmente para mandar para o interior”, afirmou Mendes.

O Maranhão tem proporção de um policial para 877 habitantes, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda um policial para 300 habitantes como “média aceitável”. É o estado com a menor proporção entre número de habitantes e policiais militares do país (um para 692 habitantes; este cálculo foi feito já incluindo os policiais que entrarão pelo concurso, o que significa que a deficiência atual é ainda maior).

Dados do Sindicato da Polícia Civil (Sinpol) também revelam que, no Maranhão, há 85 cidades sem nenhum policial civil e 135 sem delegado.

A necessidade de contingente das polícias é de 5.700 funcionários, segundo cálculos da Secretaria de Segurança. O plano é lotar no interior do estado 90% dos aprovados no concurso para a Polícia Civil e 50% dos aprovados para a Polícia Militar.

Mais

O concurso da Secretaria de Segurança Pública foi realizado no fim do ano passado e abriu 2 mil vagas para policiais militares e 229 para policiais civis, além de 150 para bombeiros. Mais de 76 mil pessoas se inscreveram.

Logo na primeira etapa, o concurso já foi alvo de cerca de 300 mandados de segurança contestando os resultados e exigindo aprovação para a fase seguinte, o Teste de Aptidão Física (TAF).

Durante o TAF, dois homens foram presos, suspeitos de fraudar o concurso. O candidato Joanielson Diniz Correa, 33 anos, aprovado na primeira etapa do concurso para investigador da SSP, teria contratado Bremen Anderson Feitosa Dudman, de 23 anos, para fazer as provas do TAF no seu lugar.

Segundo a coordenadora de Testes da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Magnólia Figueiredo, o rapaz chegou a realizar as provas e, quando foi assinar o nome no fim do exame, acabou errando. Questionado sobre a data de nascimento, o suspeito errou novamente e acabou admitindo a fraude. Os dois acabaram detidos, atuados em flagrante.

Corregedores

27 corregedores eleitorais de todo Brasil estarão de hoje até sábado, em São Luís, participando da 34ª edição do Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral.

A solenidade de abertura do encontro acontecerá às 19h, no Hotel Luzeiros.

Os anfitriões do evento serão o corregedor eleitoral, desembargador Froz Sobrinho, e o presidente da Corte, desembargador José Bernardo Rodrigues.

Corregedores eleitorais são recebidos em SL

No primeiro dia do evento, realizado em hotel de São Luís, participantes são recebidos pelo comando da Corte Eleitoral maranhense; evento vai até sábado

Mário Carvalho
Da Equipe de O Estado

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Bernardo Rodrigues, esteve ontem à tarde acompanhando a reunião dos servidores das corregedorias eleitorais, que ocorreu no auditório do Hotel Luzeiros, em São Luís. A pauta deve ser encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O magistrado esteve ao lado do vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, numa preparação que antecede o início dos trabalhos da 34ª edição do Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais, que será aberto oficialmente hoje, às 19h, no mesmo local da reunião.

Na oportunidade, o presidente do TRE maranhense confirmou que estarão presentes ao evento nacional 17 corregedores eleitorais de todo país, que discutirão o sistema biométrico de identificação do eleitor, rotinas cartoriais, realidade das zonas eleitorais, proposta de voto em trânsito para presos provisórios e os impactos de uma eventual reforma política no país.

"Esta reunião é para que possamos colher mais subsídios com os colegas corregedores que vêm de outras partes do país. Precisamos saber daquilo que eles tenham feito e que nós não conhecemos, a eficiência do que eles já fizeram e também

Mais

O encontro de corregedores envolve a exposição de projetos sobre rotinas cartorárias, biometria, melhoria no processo de suspensão de direitos políticos e voto em trânsito. Na oportunidade, o corregedor eleitoral do TRE maranhense, Froz Sobrinho, ressaltou que os participantes assistirão a uma apresentação do mapa analítico do recadastramento biométrico, que segundo ele, já está acima da média na capital.

para que eles possam conhecer muito daquilo que nós temos feito. Fico muito feliz, sendo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por verificar que em cada reunião existe alguma coisa de novidade na administração do processo eleitoral que tem a participação dos funcionários da Justiça Eleitoral do estado. Isso me deixa com a certeza de que a eleição do ano que vem, será melhor do que a de 2012", ressaltou o desembargador José Bernardo.

Biometria - Com relação ao recadastramento biométrico na região metropolitana de São Luís, o presidente do TRE disse que todas as ações da Corte Eleitoral estão dentro do cronograma previsto. "As ações estão dentro de um contexto técnico, pois hoje temos um suporte para atender mais de 3 mil eleitores/dia. Percebemos,



Palestrante fala sobre rotinas eleitorais aos participantes de encontro

porém, que houve uma queda nesse atendimento e isso não me agrada, pois teremos um acúmulo de eleitores no fim do prazo estabelecido para dezembro. Mas já estamos tomando outras providências com a instalação de links com a operadora Oi para dar maior acesso àqueles lugares de menor mobilidade, para efetivar o recadastramento em 100%", declarou.

Para o vice-presidente Froz Sobrinho, a reunião dos servidores das corregedorias eleitorais passa diretamente pelo encontro do colégio de corregedores dos tribunais. "No que for

possível, acataremos as decisões que forem apresentadas nesse encontro para que sejam encaminhadas aos órgãos competentes. Às vezes, uma decisão é tomada pelos próprios TREs locais, como é o caso de benefícios dos servidores, ou pelo TSE quando se trata de uma decisão macro que tem de abranger a todos os TREs do território nacional", frisou o magistrado.

Ao fim da reunião, os representantes das corregedorias elaborarão um documento com sugestões para ser entregue para conhecimento do conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Internos chegam à unidade de ressocialização inaugurada pela Sejap

Sejap inaugura unidade prisional gerida com o método APAC na Ilha

Pioneira em São Luís na ressocialização de internos, unidade fica no Monte Castelo

A primeira unidade prisional gerida pelo método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) foi inaugurada terça-feira (20), em São Luís, pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap). Está localizada na sede da antiga Unidade Prisional de Ressocialização do bairro Monte Castelo. É a primeira de São Luís a adotar o método, que se dedica a reintegrar internos por meio do trabalho, valorização humana e evangelização.

A unidade recebeu os primeiros internos, momentos antes da inauguração. Foram transferidos 58 presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em uma ação da Sejap e 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís. Entre os transferidos, seis já estão trabalhando e os demais realizarão atividades ressocializantes.

Presentes na inauguração, o secretário-adjunto de Justiça, Kécio Rabelo; juízes da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Roberto de Paula e José Costa; do diretor do Presídio de Pedrinhas, Marcos Serejo, e do superintendente de Estabelecimentos Penais, Ronald Dias.

Kécio Rabelo informou que 100 internos do regime semiaberto serão transferidos para a unidade, este mês. Para o juiz Roberto de Paula, a unidade represen-

“

O método tem obtido bons resultados em outros estados e estamos colocando em prática este método em São Luís por meio de convênios da Sejap e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, visando à ressocialização dos internos”

Roberto de Paula,
juiz da 1ª Vara de Execuções
Penais de São Luís

ta um novo momento.

O objetivo é combater a superlotação do Complexo de Pedrinhas e separar os apenados por regime de cumprimento de pena.

DEPUTADOS DENUNCIAM CRISE PROVOCADA PELA UNIMED NO MA

Em todo Estado, são 55 mil usuários, a maioria em São Luís, vítimas, segundo os parlamentares, de calote por parte da Unimed

Diversos deputados fizeram duras críticas e reforçaram a denúncia feita pelo petista Bira do Pindaré contra a Unimed do Maranhão, pelo péssimo atendimento que vem oferecendo aos donos de planos de saúde da empresa. Em todo Estado, são 55 mil usuários, a maioria em São Luís, vítimas, segundo os parlamentares, de calote por parte da Unimed.

De acordo com Bira do Pindaré, que primeiro tratou do assunto na sessão desta quarta-feira (21), "a população já sofre porque não consegue atendimento no sistema público de saúde e resolve, com muito esforço, fazer um plano de saúde e quando menos espera acontece uma calamidade dessas, deixando milhares de pessoas completamente desassistidas e abandonadas". **(Página 03)**

Deputados denunciam crise provocada pela Unimed no MA

Em todo Estado, são 55 mil usuários, a maioria em São Luís, mas, segundo os parlamentares, de calote por parte da Unimed

Diversos deputados fizeram críticas e reforçaram a decisão feita pelo petista Bira do Pindaré contra a Unimed do Maranhão, pelo péssimo atendimento que vem oferecendo aos donos de planos de saúde da empresa. Em todo Estado, são 55 mil usuários, a maioria em São Luís, vítimas, segundo os parlamentares, de calote por parte da Unimed.

De acordo com Bira do Pindaré, que primeiro tratou do assunto na sessão desta quarta-feira (21), "a população já sofre com o sistema público de saúde e resolve, com muito esforço, fazer um plano de saúde quando menos espera acontecendo uma calamidade dessas, quando milhares de pessoas ficam completamente desassistidas e abandonadas".

A reação de indignação veio também por parte dos demais deputados de plenário. Em aparte, primeiro, a deputada Eliziane Bira do Pindaré (PPS) disse que se houvesse uma ação mais efetiva e com a responsabilidade de formações rigorosa da ANS, talvez o problema não chegaria ao nível que chegou.

O tucano Neto Evangelista também enfatizou a falta de eficiência da ANS e garantiu que a Agência Nacional de Saúde, é uma agência reguladora que só funciona sob pressão e que não puniu a Unimed, apesar de haver constado a falência da empresa.

A deputada Gardênia Castello (PSDB) também participou do debate e afirmou que os clientes da Unimed estão a mercê da boa vontade das autoridades, que a Assembleia tem obrigação de realizar a audiência pública e levar o problema até o fim, em busca de uma solução.

Zé Carlos (PT) foi outro parlamentar a debater o assunto e garantiu que o grande responsável por essa situação é a conveniência da ANS, que no ano passado, quando eles fizeram uma auditoria, eles tiveram a certeza da situação financeira difícil da Unimed, naquele momento, opinião inclusive do Ministério Público Estadual que deveria ter havido uma intervenção na empresa, mas a agência não o fez.

O líder do Bloco Parlamentar de Oposição (BPO), Rubens Pereira Jr, foi outro que criticou a situação e disse que reapresentou indicação ao presidente do Tribunal de Justiça, defendendo a necessidade de se criar no Brasil e no Maranhão as varas especializadas em garantir o acesso à saúde.



Deputados acusam a ANS por negligência em relação ao 'calote'

SITUAÇÃO CRÍTICA - Já o deputado Othelino Nerto (PPS) garantiu que a crise da Unimed é um assunto do dia não só no Maranhão, como no Brasil, por ser uma situação crítica, as pessoas não sabem o que fazer porque a realidade é que o cidadão paga duas vezes, paga através dos impostos para ter o serviço de saúde pública eficiente, e em particular no Maranhão está muito longe disso; e paga o plano para ter acesso à rede particular. "Os usuários da Unimed, por exemplo, já não têm mais agora nenhum hospital atendendo, teve uma até ordem judicial para o Centro Médico voltar a atender", revelou.

A deputada Cleide Coutinho (PSB) afirmou que, "sem ser muito pessimista e sim muito realista", não via, a médio prazo, solução para esse grande impasse, por conta da gravidade do pro-

blema e a grande crise enfrentada pela empresa, informou prestada pela promotora Lúcia Cavalcante, uma vez que a Unimed deve R\$ 22 milhões.

Outra deputada a tratar o assunto foi Vianey Brito (PMDB), que informou que mesmo com a situação crítica a Unimed faz propaganda na televisão dizendo que em poucos dias seria um hospital, sem sem que fosse verdade.

Por último, o deputado Magno Bacelar (PV) abordou que a audiência pública é uma oportunidade da Assembleia saber o que está acontecendo realmente em profundidade. O presidente da Comissão de Saúde, deputada Valéria Maciel (PDT), e Bira do Pindaré informaram que a audiência está praticamente definida para o dia 28, para garantir a participação de representante da ANS.

MEMBRO EFETIVO

TJMA elege juiz José Eulálio para o TRE



O magistrado recebeu 17 votos dentre 25 desembargadores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu o titular do Juizado Especial do Trânsito, José Eulálio Figueiredo de Almeida, para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), como membro efetivo na categoria de juiz de direito. O magistrado recebeu votos de 17 dos 25 desembargadores presentes à sessão plenária administrativa desta quarta-feira (21).

Em segundo lugar ficou o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, com oito votos. Também manifestaram interesse em concorrer à vaga os juízes Lucas da Costa Ribeiro Neto (1º Juizado Criminal), Alice de Sousa Rocha (5ª Vara Cível) e Marcelino Chaves Everton (2ª Vara da Família), todos da comarca de São Luís.

O presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, vai enviar ofício ao presidente

do TRE, desembargador Bernardo Rodrigues, comunicando o resultado. A eleição foi por voto secreto, de acordo com artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. O decano da Corte, desembargador Bayma Araújo, anunciou os votos, tendo ao seu lado o desembargador Froz Sobrinho.

O futuro membro do TRE vai substituir o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, cujo biênio como membro efetivo daquela Corte se encerrará no dia 1º de setembro. José Eulálio exercerá sua nova atividade no TRE no período de setembro de 2013 a setembro de 2015.

"Hoje eu realizo um dos sonhos de todo juiz, que é chegar a um dos colegiados que compõem o Judiciário maranhense", destacou José Eulálio. Sem conter as lágrimas, o juiz agradeceu a todos que acreditaram em sua candidatura.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
FÓRUM DES. SARNEY COSTA
8ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E REGISTROS PÚBLICOS
Tel: 3194-5494

**EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et cetera

FAZ SABER, a todos quanto ao presente **EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** - processo n.º 61475-18.2011.8.10.0001. Como parte requerente **TERMAC - TERRAPLANAGEM, MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E COMÉRCIO LTDA**, com endereço na Rua da Mangueira, 22, Angelim, São Luís - MA. Advogado da parte requerente DR. TARCÍSIO ALMEIDA ARAÚJO. Como parte requerida **BELMAR CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MARANHÃO LTDA**.

Visa o presente a **CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA: BELMAR CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MARANHÃO LTDA**, empresa inscrita no CNPJ sob o n.º 10.424.315/0001-10, que **se encontra instalada local incerto e não sabido**, para contestar a ação, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, _____, Secretária Judicial, mandei digitar e assino, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 21 de fevereiro de 2013


DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

JUDICIÁRIO

José Eulálio é o novo membro da Corte eleitoral

CLODOALDO CORRÊA

O juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida foi eleito o mais novo membro da Corte eleitoral maranhense. O juiz do Juizado Especial de Trânsito será membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Em votação secreta, Eulálio recebeu 17 votos dos 25 desembargadores presentes.

Após o depósito dos votos na urna, os nomes foram anunciados pelo decano Bayma Araújo. O voto secreto é estabelecido pelo artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Em segundo lugar ficou o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, com oito votos. O corregedor do TRE-MA, desembargador Froz Sobrinho, acompanhou a apuração.

José Eulálio vai substituir justamente o primo, José Jorge Figueiredo dos Anjos. Ele exercerá o cargo de setembro de 2013 a setembro de 2015.

Vale lembrar que, em 2011, José Eulálio e José Jorge disputaram a mesma vaga. O então derrotado, José Eulálio, entrou com representação no Conselho nacional de Justiça por participação irregular do desembargador José Joaquim na votação. O desembargador é irmão de José Jorge, consequentemente também é primo do acusador.

Eulálio perdeu aquela eleição por 10 a 9. Mesmo se a disputa tivesse terminada empatada, sem o voto de José Joaquim, José Jorge seria o escolhido por ser mais velho. A idade é critério de desempate.

EXCLUSIVO - *Falso esteticista diz que foi enganado por companheiro*

DESABAFO

Falso esteticista fala sobre denúncias

Markus Luanderson Gomes de Sousa Martins, proprietário da Clínica Carpe Diem, revelou em entrevista a **O Imparcial** que desconhecia procedimentos realizados por companheiro e sócio

"Eu desconhecia que Dhione Silva aplicava substância no corpo das clientes, mas sabia que praticava serviços estéticos como depilação, banho de luz, enderme, bandagem de gesso, peeling e outros tipos de procedimentos pós-cirúrgico", afirmou o proprietário da Clínica Carpe Diem, Markus Luanderson Gomes de Sousa Martins, de 21 anos. Ele e o seu companheiro conjugal, Dhione Silva Gonçalves, estão sendo acusados de fazer procedimentos estéticos sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e de exercer ilegalmente a profissão de esteticista. O processo está em tramitação na 3ª Vara Criminal de São Luís, sob a jurisdição do juiz José Gonçalves, e segundo a polícia, podem ainda responder pela morte de Gleyciane Ramos Fernandes, de 29 anos, que ocorreu no dia 22 de fevereiro, em consequência de uma infecção generalizada.

Arrependimento e tristeza. Estes dois sentimentos estão fazendo parte do dia a dia de Markus Luanderson, pois, no momento, está detido em uma das celas do 14º Distrito Policial, no bairro do Bequimão, à disposição da Justiça, enquanto o seu companheiro está

preso no Centro de Triagem de Pedrinhas. "De fato gostava das coisas materiais em meu nome e, quando falava sobre os trabalhos realizados por ele na clínica, apenas respondia que estética dava dinheiro. Em virtude disso, as nossas despesas e as contas eram pagas pelos rendimentos oriundos da Carpe Diem", declarou Markus Luanderson.

Também comentou que teme pela saúde das clientes que estão correndo risco de morte. Uma delas, a modelo Michelle Dayane Barbosa, de 28 anos, que está internada no Hospital Geral Universitário de Cuiabá, no Mato Grosso, e até mesmo já teve partes do corpo mutiladas como pernas, nádegas e quadril. "O delegado falou que são 12 vítimas que vieram até a delegacia. Agora, todas estão na minha lista de orações. Na verdade, estou orando pela melhora da saúde delas", frisou.

Relação de confiança

"Como eu gostava dele, ou seja, amava, no entanto, acabei confiando demais. Realizações de procedimentos clínicos e o movimento do caixa da Carpe Diem eram as funções exercidas pelo meu companheiro", disse Markus Luanderson. Ainda falou que conheceu Dhione Silva em

março de 2012, quando esperava por um amigo, Felipe Lima, que vinha doente de Brasília, no saguão do Aeroporto Marechal Cunha Machado, no Tirirical.

No momento da apresentação, Dhione Silva declarou que era esteticista, enfermeiro e trabalhava como produtor de eventos na capital do país. Somente no dia 1º de abril que começaram a ter um relacionamento amoroso e passaram a morar junto em um apartamento, no conjunto Bequimão. Já no mês de novembro, resolveram abrir juntos a clínica para a realização de serviços estéticos e como anexo uma lojinhas de presentes. Mas, devido a um acidente que resultou na perda de três dedos da mão esquerda de Dhione Silva, o empreendimento só funcionou no final de dezembro.

À espera da liberdade

De acordo com Markus Luanderson, ficou sabendo da situação das vítimas depois que recebeu a visita de uma amiga, identificada como "Clea", em seu apartamento. Ela foi durante o fim de semana para falar com Dhione Silva. Chegou a mostrar o enderme vermelho na perna

e ainda afirmou que estava sentindo muitas dores, inclusive, febres altas.

Ainda falou que, sobre as outras situações dos pacientes, ficou ciente após ser preso pelos policiais civis, assim como dos procedimentos ilegais realizados de forma diária pelo seu companheiro. "Eu não fui preso junto com Dhione Silva, mas vim trazer o advogado na delegacia e acabei recebendo voz de prisão, ou seja, fiquei sabendo da verdadeira realidade".

Ele não deixou de relatar que, no momento, espera responder pelo processo em liberdade e continuar com os seus estudos em uma universidade particular, como ainda abrir um novo empreendimento, mas que não seja da área de saúde.

Cronologia dos fatos

12

vítimas dos falsos médicos prestaram depoimentos para a polícia

22

DE FEVEREIRO

Morte de Gleyciene Ramos Fernandes, de 29 anos, que ocorreu no dia 22 de fevereiro, em consequência de uma infecção generalizada.

2

DE AGOSTO

Markus Luanderson Gomes de Sousa Martins e Dhione Silva Gonçalves são presos em flagrante em uma clínica de estética, no bairro do Bequimão, sob acusação de exercer a profissão de médico de forma ilegal e ainda aplicar silicone industrial.

3

DE AGOSTO

Mais vítimas do falso médico comparecem na delegacia do 14º DP.

4

DE AGOSTO

anbriam
Polícia Civil e Ministério Público investigam o caso dos falsos médicos.

Markus Luanderson,
proprietário da Carpe Diem

16

DE AGOSTO

Processo é encaminhado para a Justiça e está tramitando na 3ª Vara Criminal.

21

DE AGOSTO

Polícia Civil aguarda laudo médico da morte de Gleyciene Ramos Fernandes e da modelo Mychelle Dayane Barbosa.

Markus Luanderson Gomes está detido em uma das celas do 14º Distrito Policial, no bairro do Bequimão

KARLOS GEROMY/IMP/D.A. PRESS



Como eu gostava dele, ou seja, amava, no entanto, acabei confiando demais. Realizações de procedimentos clínicos e o movimento do caixa da Carpe Diem eram as funções exercidas pelo meu companheiro

« *Hoje eu realizo um dos sonhos de todo juiz, que é chegar a um dos colegiados que compõem o Judiciário maranhense”, destacou o juiz José Eulálio, que foi eleito para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), como membro efetivo na categoria de juiz de direito. O magistrado recebeu votos de 17 dos 25 desembargadores presentes à sessão plenária administrativa de ontem (21).*

TJ-MA elege juiz Eulálio para o TRE

O Tribunal de Justiça elegeu o titular do Juizado Especial do Trânsito, José Eulálio Figueiredo de Almeida, para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), como membro efetivo na categoria de juiz de direito.

Em segundo lugar ficou o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, com oito votos. Também manifestaram interesse em concorrer à vaga os juízes Lucas da Costa Ribeiro Neto (1º Juizado Criminal), Alice de Sousa Rocha (5ª Vara Cível) e Marcelino Chaves Everton (2ª Vara da Família), todos da comarca de São Luís.

O presidente do TJ-MA, desembargador Guerreiro Júnior, vai enviar ofício ao presidente do TRE, desembargador Bernardo Rodrigues, comunicando o resultado. A eleição foi por voto secreto, de acordo com artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. O decano da Corte, desembargador Bayma Araújo, anunciou os votos, tendo ao seu lado o desembargador Froz Sobrinho.

O futuro membro do TRE vai substituir o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, cujo biênio como membro efetivo daquela Corte se encerrará no dia 1º de setembro. José Eulálio exercerá sua nova atividade no TRE no período de setembro de 2013 a setembro de 2015.



MORADORES da ocupação em manifestação na porta do fórum

REINTEGRAÇÃO CONTESTADA

OCUPANTES DE LOTES DA RAPOSA PROTESTAM NA PORTA DO FÓRUM

Cerca de 100 famílias (400 pessoas) que ocupam 107 lotes, conhecidos como Residencial Vila Vitória, localizado na Vila Maresia (município de Raposa, a 24 quilômetros de São Luís), realizaram um protesto, na manhã de ontem (21), em frente ao Fó-

rum da cidade. A manifestação foi contra um mandado judicial de reintegração de posse dos lotes, em favor do ex-genro do antigo dono do loteamento, falecido há mais de 10 anos. Cerca de 100 pessoas participaram da manifestação. **PÁGINA 1 (C2)**

REINTEGRAÇÃO CONTESTADA

Ocupantes de lotes da Raposa protestam na porta do Fórum



SOB OLHARES de PMs a cavalo, moradores de ocupação se postaram na entrada do Fórum

A manifestação foi contra um mandado judicial de reintegração de posse de lotes onde vivem 100 famílias

Cerca de 100 famílias (400 pessoas) que ocupam 107 lotes, conhecidos como Residencial Vila Vitória, localizado na Vila Maresia (município de Raposa, a 24 quilômetros de São Luís), realizaram um protesto, na manhã de ontem (21), em frente ao Fórum da cidade. A manifestação foi contra um mandado judicial de reintegração de posse dos lotes, em favor do ex-genro do antigo dono do loteamento, falecido há mais de 10 anos.

Cerca de 100 pessoas participaram da manifestação.

De acordo com Sheila Cristina, de 40 anos, presidente da Associação dos Moradores do residencial, as terras estão desocupadas desde a morte do antigo proprietário, sendo que, após esse ocorrido, o local foi transformado em uma "boca de fumo", além de virar um "ponto" para o cometimento de diversos crimes, como assaltos, homicídios e estúpos.

"Nós ouvíamos tiro de todos os dias. Já encontramos corpos por lá. A população se revoltou depois que uma menina de seis anos foi estuprada naquele matagal", relatou Sheila.

Segundo informações dos ocupantes, que moram nos lotes há 10 meses, o ex-genro, de identidade não revelada, apresentou um documento de posse das terras, mas há a suspeita de que seja falso.

Numa audiência no Fórum da cidade, a ex-esposa do suposto proprietário o teria desmentido na frente da juíza Rafaela Oliveira Rodrigues, diretora do órgão, denunciando que o documento apresentado pertencia a outro terreno, no mesmo município.

Prefeito não atendeu - Os ocupantes dos lotes já haviam feito um protesto em frente ao prédio da Prefeitura de Raposa, na tarde de terça-feira (20), após serem notificados pelos

oficiais de Justiça da ação de despejo. O objetivo era conversar com o prefeito da cidade, Clodomir Oliveira (PRTB), mas os manifestantes não foram atendidos.

"O nosso representante, o prefeito, se trancou lá dentro. Após duas horas de manifestação, ele enviou uma pessoa para anunciar que estava em uma reunião emergencial. Na hora de pedir voto, ele atende. Nós só queríamos o apoio dele, só isso", declarou Frazão Reis, 41, desempregado desde quando os lotes foram ocupados.

Derrubada contida - No início da manhã de ontem, por volta das 7h, alguns tratores chegaram a ser deslocados para a área dos lotes, a fim de derrubar as casas do residencial, mas as máquinas foram contidas, por determinação da juíza Rafaela Oliveira, para que o assunto fosse melhor discutido entre as partes envolvidas.

Sejap inaugura 1ª unidade prisional gerida pela Apac em São Luís

A primeira unidade prisional gerida pelo método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) foi inaugurada, na terça-feira (20), em São Luís, pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap). Está localizada na sede da antiga Unidade Prisional de Ressocialização do Bairro Monte Castelo. É a primeira de São Luís a adotar o método, que se dedica a reintegrar internos por meio do trabalho, valorização humana e evangelização.

A Unidade recebeu os primeiros internos, momentos antes da inauguração. Foram transferidos 58 presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em uma ação da Sejap e 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís. Entre os transferidos seis já estão trabalhando



Internos chegam à unidade de ressocialização inaugurada pela Sejap

e os demais realizarão atividades ressocializantes.

Presentes na inauguração, o secretário-adjunto de Justiça, Ké-

cio Rabelo; juízes da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Roberto de Paula e José Costa; do diretor do Presídio de Pedrinhas,

Marcos Serejo; e do superintendente de Estabelecimentos Penais, Ronald Dias.

Kécio Rabelo informou que 100 internos do regime semiaberto serão transferidos para a unidade, este mês. Para o juiz Roberto de Paula, a unidade representa um novo momento. "É um novo horizonte na realidade do cumprimento de pena, em São Luís".

O objetivo é combater a superlotação do Complexo de Pedrinhas e separar os apenados por regime de cumprimento de pena. "O método APAC tem obtido bons resultados em outros estados e estamos colocando em prática este método em São Luís por meio de convênios da Sejap e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, visando a ressocialização dos internos", afirmou.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançará oficialmente na segunda-feira (26) o Censo do Poder Judiciário, que vai mapear, pela primeira vez, o perfil dos servidores da Justiça brasileira. O evento ocorrerá a partir das 14h30, no Plenário do CNJ, e contará com a presença dos Conselheiros.